PRESSIONADO PELOS SERVIDORES DA SAÚDE, GOVERNO ESTUDA REFAZER O PROJETO APROVADO PELO LEGISLATIVO

Estado promete um novo PCCS

Cesar Augustus Coelho
Da Redação
Manaus, Amazonas

Pressionado, o Governo do Amazonas recua na decisão sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos servidores da saúde. O secretário de Estado de Saúde, Agnaldo Costa, disse que o governador Eduardo Braga não sancionará o PCCS aprovado pela Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) em novembro deste ano.

"O governador reconhece que há a necessidade de ajustes no PCCS dos servidores da saúde. É claro que nem todas as reivindicações serão atendidas, mas o texto sofrerá boas modificações para que haja maior consenso nas negociações", afirmou Costa.

Ontem, os servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (Susam) realizaram uma manifestação em frente ao Pronto-Socorro 28 de Agosto, contra o PCCS aprovado pela Aleam. O protesto causou grande congestionamento e buzinaço de motoristas na Avenida Mario Ypiranga (antiga Recife) em frente ao pronto-socorro.

"O que foi acordado anteriormente, em junho, junto ao secretário estadual de Saúde, não foi cumprido", protestou a coordenadora sindical da mesa de negociação junto à Susam, Maria Auxiliadora Barbosa Fernandes.

Segundo a presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais, Valdenira Lopes, a aprovação do PCCS foi uma "manobra" do governo e da Aleam para atender a interesses de uma minoria.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Farmacêuticos, Antônio Júnior, o governo do Estado prometeu apresentar à ALE o PCCS que foi pactuado em junho entre a Susam e as entidades representativas em mesa de negociação, o que não ocorreu.

Para o secretário de Estado da Saúde, Agnaldo Costa, a manifestação não tem representatividade. "É com o Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Amazonas) que o governo está negociando", destacou.

Protesto reuniu servidores da Secretaria de Saúde em uma manifestação pela manhã em frente ao Pronto-Socorro 28 de Agosto / **Foto: Francisco Araújo**

Para os manifestantes, que representavam sete sindicatos o sindicato "representa uma minoria que está interessada em obter vantagens na atual gestão estadual".

A presidente do Sindsaúde, Cleidinir do Socorro, respondeu através de nota que o sindicato "é a única entidade que tem legitimidade para deliberar e representar a categoria". Além disso, ela afirmou que "não existe em qualquer movimento que possa resultar em greve" e o que há é "uma apreciação a respeito do PCCS da Saúde que ainda é objeto de análise entre o Sindsaúde e o governo do Estado", ambos em negociação.

Hoje pela manhã os servidores da Susam realizarão o segundo protesto, em frente ao Hospital Dr. João Lúcio, zona leste, a partir das 7h.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Assembleia considera como matéria vencida

O presidente da Aleam, deputado estadual Belarmino Lins (PMDB), afirmou, ontem, que o PCCS votado "é matéria vencida" e que "não há como voltar atrás". "Cabe ao Executivo sancionar, ou não, a Lei Ordinária 199/08 (PCCS). Ou, se for o caso, apresentar um novo texto que pode acrescentar, ou modificar, artigos presentes no atual documento".

Segundo Belarmino, caso o governo do Estado apresente um novo texto ainda esta semana, a ALE votará a matéria antes do recesso de fim de ano, que começa no dia 23 de dezembro. "Temos o objetivo de atender a esta demanda o mais rápido possível, nem que para isso tenhamos de estender nosso expediente para o dia 29 de dezembro", comentou.

O presidente da Assembleia evitou comentar o objeto da matéria que foi apreciado pela casa e aprovado no último dia 26 de novembro.